



Declaração Política do Rio sobre Determinantes Sociais da Saúde

Rio de Janeiro, Brasil, 21 de Outubro de 2011

1. Convidados pela Organização Mundial da Saúde, nós, Chefes de Governo, Ministros e representantes de governo nos reunimos no dia 21 de outubro de 2011 no Rio de Janeiro para expressar nossa determinação em promover a equidade social e em saúde através de ações sobre os determinantes sociais da saúde e do bem-estar implementadas por meio de uma ampla abordagem intersetorial.
2. Compreendemos que a equidade em saúde é uma responsabilidade compartilhada e que demanda o engajamento de todos os setores governamentais, de todos os segmentos da sociedade e de todos os membros da comunidade internacional em uma ação global “todos pela equidade” e “saúde para todos”.
3. Sublinhamos os princípios e disposições contidos na Constituição da Organização Mundial da Saúde; na Declaração de Alma Ata, de 1978; na Carta de Ottawa, de 1986; e na série de conferências internacionais sobre promoção da saúde, que reafirmaram o valor essencial da equidade em saúde e reconheceram que “gozar do melhor estado de saúde que é possível atingir constitui um dos direitos fundamentais de todo o ser humano, sem distinção de raça, religião, credo político e condição econômica ou social”. Reconhecemos que os governos têm a responsabilidade pela saúde de seus povos, o que somente pode ser conquistado por meio da promoção de medidas adequadas nos campos social e da saúde, e que os esforços nacionais precisam ser apoiados por um ambiente internacional favorável.
4. Reafirmamos que as desigualdades dentro dos países e entre eles são política, econômica e socialmente inaceitáveis — além de injustas e, em grande parte, evitáveis — e que a promoção da equidade em saúde é fundamental ao desenvolvimento sustentável e a uma melhor qualidade de vida e bem-estar para todos, o que, por sua vez, contribui para a paz e a segurança.
5. Reiteramos nossa determinação de agir sobre os determinantes sociais da saúde de forma coletiva — tal como acordado na Assembléia Mundial da Saúde, que se reflete na resolução WHA62.14 (“Reduzindo as desigualdades de saúde através de ações sobre os determinantes sociais da saúde”), que, por sua vez, toca nas três recomendações gerais da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde: melhorar as condições de vida; combater a distribuição desigual de poder, dinheiro e recursos; e medir a magnitude do problema, compreendê-lo e avaliar o impacto das intervenções.
6. As iniquidades em saúde são causadas pelas condições sociais em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, as quais são chamadas de determinantes sociais da saúde. Entre elas estão as experiências do indivíduo em seus primeiros anos de vida, educação, situação econômica, emprego e trabalho decente, habitação e meio-ambiente, além de sistemas eficientes para a prevenção e o tratamento de doenças. Estamos convencidos de que intervenções sobre esses determinantes — para aos grupos vulneráveis e a população como um todo — são essenciais para que as sociedades sejam inclusivas, equitativas, economicamente produtivas e saudáveis. Colocar a saúde e o bem-estar como resultantes principais do que constitui uma sociedade bem sucedida, inclusiva e justa no século XXI é consistente com o nosso compromisso em relação aos direitos humanos nos níveis nacional e internacional.
7. Para que haja saúde é necessário que o sistema de saúde seja universal, abrangente, equitativo, efetivo, ágil, acessível e de boa qualidade. Contudo, ela também depende do envolvimento e do diálogo com outros setores e atores, visto que o desempenho dos mesmos gera impactos significativos sobre a

saúde. Ações políticas coordenadas e intersetoriais são comprovadamente efetivas. Abordagens do tipo Saúde em Todas as Políticas, conjuntamente à cooperação e ações intersetoriais, são ferramentas promissoras para ampliar a responsabilização de outros setores em relação à saúde, além de promover a equidade em saúde e o desenvolvimento de sociedades mais inclusivas e produtivas. Enquanto metas coletivas, a saúde e o bem-estar para todos deveriam estar entre as mais altas prioridades nos níveis local, nacional, regional e internacional.

8. Reconhecemos que precisamos avançar mais rápido no tratamento da questão da distribuição desigual de recursos na área da saúde, assim como de condições que prejudicam a saúde, em todos os níveis. Com base nas experiências compartilhadas nesta Conferência, expressamos a vontade política de fazer da equidade em saúde uma meta nacional, regional e global, além de enfrentar desafios atuais, como erradicar a fome e a pobreza; assegurar a segurança alimentar e nutricional; promover o acesso a água potável, saneamento, emprego, trabalho decente e esquemas de seguridade social; proteger o meio-ambiente; e gerar crescimento econômico equitativo através de ações resolutivas sobre os determinantes sociais da saúde em todos os setores e em todos os níveis. Também estamos cientes de que, abordando os determinantes sociais, podemos contribuir para o cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio.

9. A atual crise econômica e financeira global demanda a adoção urgente de medidas para reduzir as crescentes iniquidades em saúde e para prevenir a piora nas condições de vida e a deterioração de sistemas universais de saúde e de seguridade social.

10. Estamos cientes de que é preciso implementar ações sobre os determinantes sociais da saúde tanto no interior dos países quanto em nível global. Enfatizamos que aumentar a capacidade de atores globais, por meio de melhorias na governança global, da promoção da cooperação e do desenvolvimento internacionais e do aumento da participação no processo de formulação e monitoramento de políticas é contribuição essencial para ações nacionais e locais sobre os determinantes sociais da saúde. A ação sobre os determinantes sociais da saúde deve ser adaptada aos contextos nacionais e sub-nacionais de cada país e região para que sejam levados em consideração os diferentes sistemas sociais, culturais e econômicos. Evidências resultantes de pesquisas e experiências, contudo, têm mostrado características comuns nas políticas e ações sobre os determinantes sociais da saúde bem sucedidas. Cinco áreas são críticas em ações sobre as iniquidades em saúde: (i) adotar uma melhor governança no campo da saúde e do desenvolvimento; (ii) promover a participação na formulação e na implementação de políticas; (iii) orientar ainda mais o setor saúde para a redução das iniquidades em saúde; (iv) fortalecer a governança e a colaboração globais; e (v) monitorar os avanços e ampliar a responsabilização / prestação de contas. Agir sobre os determinantes sociais da saúde, portanto, significa que nós, representantes dos Governos, vamos realizar esforços, individual e coletivamente, para desenvolver e apoiar políticas, estratégias, programas e planos de ação que visem enfrentar os determinantes sociais da saúde, com o apoio da comunidade internacional, que incluem:

11. Adotar uma melhor governança no campo da saúde e do desenvolvimento

11.1. Cientes de que a governança necessária para a implementação de ações sobre os determinantes sociais inclui processos decisórios que dão voz a todos os grupos e setores envolvidos e formula políticas efetivas que alcancem objetivos claros e mensuráveis, aumentem a responsabilização / prestação de contas e, principalmente, sejam justas tanto no processo de desenvolvimento das políticas quanto em seus resultados;

11.2 Comprometemo-nos a:

- (i) Trabalhar transversalmente aos diferentes setores e níveis de governo, incluindo, quando conveniente, estratégias de desenvolvimento nacional, levando em consideração a contribuição dos mesmos para a saúde e para a equidade em saúde, e reconhecendo o protagonismo dos Ministérios da Saúde na defesa desse modelo;
- (ii) Formular políticas inclusivas e levar em conta as necessidades da população como um todo, mas especialmente de grupos vulneráveis e de áreas de risco;

- (iii) Apoiar programas abrangentes de pesquisa e inquéritos que fornecerão informações à formulação de políticas e à implementação de ações;
- (iv) Promover a reflexão, a conscientização e a crescente responsabilização dos formuladores de políticas quanto aos impactos de todas as políticas sobre a saúde;
- (v) Desenvolver abordagens, incluindo parcerias efetivas, para engajar outros setores na identificação de papéis específicos e comuns na melhoria da saúde e na redução das iniquidades de saúde;
- (vi) Apoiar todos os setores no desenvolvimento de ferramentas e de capacidade para atuar sobre os determinantes sociais da saúde nos níveis nacional e internacional;
- (vii) Estimular a colaboração com o setor privado, protegendo-se contra conflitos de interesse, no intuito de o mesmo contribua para a melhoria da saúde por meio de políticas e ações sobre os determinantes sociais da saúde;
- (viii) Implementar a resolução WHA62.14, que leva em consideração as recomendações do relatório final da Comissão sobre Determinantes Sociais da Saúde;
- (ix) Fortalecer a segurança e a proteção na saúde ocupacional, assim como a sua fiscalização, além de estimular os setores público e privado a oferecer condições de trabalho saudáveis, contribuindo assim para a promoção da saúde de todos;
- (x) Promover e fortalecer o acesso universal aos serviços sociais e aos pisos de proteção social;
- (xi) Dar atenção especial a questões de gênero, assim como ao desenvolvimento na primeira infância, em políticas públicas e nos serviços sociais e de saúde;
- (xii) Promover o acesso a medicamentos financeiramente acessíveis, seguros, eficazes e de alta qualidade, inclusive através da implementação completa da Estratégia Global da OMS e do Plano de Ação sobre Saúde Pública, Inovação e Propriedade Intelectual;
- (xiii) Fortalecer a cooperação internacional com o objetivo de promover a equidade em saúde em todos os países através da transferência (em termos acordados mutuamente) de *expertise*, tecnologia e dados científicos no campo dos determinantes sociais da saúde, além do intercâmbio de boas práticas para a gestão do desenvolvimento de políticas intersetoriais.

12. **Promover a participação na formulação e implementação de políticas**

12.1 Cientes da importância do processo participativo na formulação e implementação para uma governança eficiente no que tange a implementação de ações sobre os determinantes sociais da saúde;

12.2 Comprometemo-nos a:

- (i) Promover e ampliar, no campo da saúde e na governança em saúde, processos decisórios, de implementação e de prestação de contas transparentes e inclusivos em todos os níveis, inclusive por meio da expansão do acesso à informação, à justiça e à participação social;
- (ii) Conferir autonomia às comunidades e ampliar a contribuição da sociedade civil na formulação e implementação de políticas através da adoção de medidas que permitam sua efetiva participação no processo decisório em prol do interesse público;

- (iii) Promover esquemas de governança transparentes e inclusivos, que incluam precocemente os setores envolvidos de todos os níveis de governo, assim como apoiem a participação sociedade e incluam a sociedade civil e o setor privado, com a devida proteção contra os conflitos de interesse;
- (iv) No espírito da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, considerar não só os determinantes sociais específicos que geram iniquidades de saúde para os povos indígenas, como também suas necessidades específicas, além de colaborar de forma séria com esses povos para o desenvolvimento e implementação de políticas e programas relacionados;
- (v) Considerar as contribuições e a capacidade da sociedade civil para a promoção do tema, a mobilização social e a implementação de medidas referentes aos determinantes sociais da saúde;
- (vi) Promover a equidade em saúde em todos os países, especialmente por meio do intercâmbio de boas práticas em relação à expansão da participação no processo de formulação e implementação de políticas;
- (vii) Promover a plena participação de países desenvolvidos e em desenvolvimento na formulação e implementação de políticas e medidas para abordar os determinantes sociais da saúde em nível internacional.

13. ***Orientar ainda mais o setor saúde para a redução das iniquidades em saúde***

13.1 Cientes de que a acessibilidade, disponibilidade, aceitabilidade e a qualidade de serviços de atenção à saúde e de saúde pública são essenciais para alcançar o melhor padrão de saúde possível – um dos direitos fundamentais de todos os seres humanos – e que o setor saúde deveria agir firmemente para a redução das iniquidades em saúde;

13.2 Comprometemo-nos a:

- (i) Manter e desenvolver políticas de saúde pública efetivas para abordar os determinantes sociais, econômicos, ambientais e comportamentais da saúde, com um foco especial na redução das iniquidades em saúde;
- (ii) Fortalecer os sistemas de saúde para que ofereçam cobertura universal e equitativa e promovam o acesso a serviços integrais e de qualidade em promoção da saúde, prevenção e assistência e reabilitação aos enfermos em todo o ciclo de vida, especialmente por meio da atenção primária à saúde abrangente e integrada;
- (iii) Construir, fortalecer e manter a capacidade em saúde pública, incluindo sua capacidade para a ação intersetorial sobre os determinantes sociais da saúde;
- (iv) Construir, fortalecer e manter o financiamento da saúde e de sistemas de partilha de riscos, que evitem que as pessoas empobreçam quando necessitarem de atenção médica.
- (v) Promover mecanismos que ofereçam apoio e fortaleçam as iniciativas da comunidade em relação ao financiamento da saúde e sistemas de partilha de riscos;
- (vi) Promover mudanças no setor saúde, conforme o caso, para promover capacidades e desenvolver ferramentas de redução das iniquidades de saúde, inclusive através de ações colaborativas;
- (vii) Colocar a equidade como prioridade dos sistemas de saúde, assim como integrá-la ao desenho e a oferta de serviços de saúde e de programas de saúde pública;

- (viii) Aproximar e trabalhar transversalmente com e no interior de todos os níveis e setores do governo, promovendo mecanismos de diálogo, resolução de problemas e análises de impacto sobre a saúde com o foco na equidade para identificar e promover políticas, programas, práticas e medidas legislativas que possam ser instrumentais para o cumprimento da meta determinada por essa Declaração Política, além de adaptar ou reformar as mesmas, quando forem prejudiciais à saúde ou à equidade em saúde;
- (ix) Promover o intercâmbio de boas práticas e de experiências bem-sucedidas relativas a políticas, estratégias e medidas para orientar o setor saúde a reduzir iniquidades em saúde.

14. **Fortalecer a governança colaboração globais**

14.1 Cientes da importância da cooperação e solidariedade internacionais para o benefício equitativo de todas as pessoas e do importante papel de organizações multilaterais na articulação de normas e diretrizes, na identificação de boas práticas que apoiem ações sobre os determinantes sociais e na facilitação ao acesso a recursos financeiros e cooperação técnica, assim como na revisão e, conforme o caso, na alteração estratégica de políticas e práticas que geram impactos negativos sobre a saúde e o bem-estar das pessoas;

14.2 Comprometemo-nos a:

- (i) Adotar abordagens políticas coerentes baseadas no direito ao gozo do melhor nível de saúde possível, levando em consideração o direito ao desenvolvimento mencionado, entre outros, na Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993, o que reforçará o foco nos determinantes sociais da saúde e ajudará no cumprimento das Metas de Desenvolvimento do Milênio;
- (ii) Apoiar os pisos de proteção social definidos pelos países para atender às suas necessidades específicas, assim como ao trabalho contínuo de proteção social realizado pelo sistema das Nações Unidas, incluindo o trabalho da Organização Internacional do Trabalho;
- (iii) Apoiar os governos nacionais, organizações internacionais, entidades não governamentais e outras em ações sobre os determinantes sociais da saúde, assegurando que esforços destinados a fazer avançar as metas de desenvolvimento e a ampliar a equidade em saúde apoiem-se mutuamente;
- (iv) Acelerar a implementação, por parte dos Estados signatários da Convenção Quadro da OMS para o Controle do Tabaco (FCTC), reconhecendo que o rol de medidas inclui reduzir consumo e disponibilidade e estimular os países que ainda não o fizeram a aderir ao FCTC, visto reconhecermos que reduzir substancialmente o consumo de tabaco contribuirá de forma importante com o trabalho sobre os determinantes sociais da saúde e vice versa;
- (v) Fazer avançar as ações estabelecidas na declaração política da Reunião de Alto Nível da Assembleia Geral das Nações Unidas sobre Prevenção e Controle de Doenças Não-Transmissíveis nos níveis local, nacional e internacional — assegurando o foco na redução das desigualdades em saúde;
- (vi) Apoiar o papel de liderança da Organização Mundial da Saúde na governança global da saúde e na promoção do alinhamento de políticas, planos e atividades realizadas sobre os determinantes sociais da saúde com outras agências das Nações Unidas, bancos de desenvolvimento e outras organizações internacionais, incluindo em ações coordenadas de *advocacy* e facilitação do acesso à assistência financeira e técnica para países e regiões;

- (vii) Apoiar os esforços dos governos para promover a capacidade e estabelecer incentivos para o desenvolvimento de uma força de trabalho sustentável no campo da saúde e em outras campos, especialmente nas áreas mais necessitadas;
- (viii) Desenvolver a capacidade de governos nacionais para a implementação de ações sobre os determinantes sociais da saúde facilitando a acumulação de conhecimentos e o acesso a recursos por meio do apoio das agências das Nações Unidas mais adequadas, especialmente a Organização Mundial da Saúde;
- (ix) Estimular a cooperação Norte-Sul e Sul-Sul, demonstrando iniciativas, desenvolvendo capacidades e facilitando a transferência de tecnologia em termos acordados mutuamente para a realização de ações integradas sobre as iniquidades em saúde, em conformidade com as prioridades e necessidades dos países, inclusive em relação aos serviços de saúde e a produção de medicamentos, conforme o caso.

15. **Monitorar os avanços e aumentar a responsabilização / prestação de contas**

15.1 Cientes de que o monitoramento de tendências relativas às iniquidades em saúde e aos impactos de ações destinadas ao seu combate é fundamental para que avanços significativos sejam obtidos; que os sistemas de informação devem facilitar o estabelecimento de relações entre as condições de saúde e variáveis ligadas à estratificação social; e que mecanismos de cobrança de responsabilidade que guiem a formulação de políticas em todos os setores são essenciais, levando em consideração os diferentes contextos nacionais;

15.2 Comprometemo-nos a:

- (i) Criar, fortalecer e manter sistemas de monitoramento que forneçam dados desagregados que permitam avaliar iniquidades em saúde e na distribuição e uso de recursos;
- (ii) Desenvolver e implementar medidas de bem-estar social robustas, baseadas em evidências e confiáveis, desenvolvendo-as, quando possível, a partir de índices, padrões e programas pré-existentes que atinjam todo o gradiente social e que vão além do crescimento econômico;
- (iii) Promover projetos de pesquisa sobre as relações entre os determinantes sociais da saúde e os resultados na equidade em saúde, com foco especial na avaliação da efetividade das intervenções;
- (iv) Compartilhar, de forma sistemática, evidências e tendências relevantes com diferentes setores, para subsidiar políticas e ações;
- (v) Ampliar o acesso aos resultados do monitoramento e da pesquisa para todos os setores da sociedade;
- (vi) Avaliar o impacto de políticas sobre a saúde e outras metas sociais, e levá-lo em consideração na formulação de políticas;
- (vii) Utilizar mecanismos intersetoriais como a abordagem Saúde em Todas as Políticas para combater as iniquidades e agir sobre os determinantes sociais da saúde, ampliar o acesso a justiça e assegurar a responsabilização / prestação de contas, medidas que devem ser monitoradas;
- (viii) Apoiar o papel de liderança da Organização Mundial da Saúde em sua colaboração com outras agências das Nações Unidas para o fortalecimento do monitoramento de avanços no campo dos determinantes sociais da saúde e no apoio e orientação aos Estados Membros na implementação de uma abordagem do tipo Saúde em Todas as Políticas para combater as iniquidades em saúde;

- (ix) Apoiar a Organização Mundial da Saúde no que tange o acompanhamento das recomendações da Comissão sobre Informação e Responsabilidade em Saúde da Mulher e da Criança;
- (x) Promover sistemas de monitoramento apropriados, que levem em consideração o papel de todas as partes interessadas relevantes — tal como a sociedade civil, organizações não governamentais, assim como o setor privado, protegendo-se de conflitos de interesses — no processo de monitoramento e avaliação;
- (xii) Promover a equidade em saúde tanto no interior dos países quanto entre os países, monitorando avanços em nível internacional e aumentando a responsabilidade coletiva no campo dos determinantes sociais da saúde, especialmente por meio do intercâmbio de boas práticas nesse campo;
- (xiii) Melhorar o acesso universal e a utilização de tecnologias da informação e inovações inclusivas referentes aos principais determinantes sociais da saúde.

16. Chamado para a ação global

16.1 Nós, Chefes de Governo, Ministros e representantes dos governos, reafirmamos solenemente nossa determinação em agir sobre os determinantes sociais da saúde para gerar sociedades vibrantes, inclusivas, equitativas, economicamente produtivas e saudáveis e para superar os desafios nacionais, regionais e globais colocados ao desenvolvimento sustentável. Oferecemos nosso sólido apoio a esses objetivos comuns e nossa determinação de cumpri-los.

16.2 Apelamos à Organização Mundial da Saúde, às agências das Nações Unidas e outras organizações que promovam, coordenem e colaborem conosco na implementação destas ações. Reconhecemos que ações globais sobre os determinantes sociais demandarão um aumento de capacidade e do conhecimento da Organização Mundial da Saúde e de outras organizações multilaterais para o desenvolvimento e compartilhamento de normas, padrões e boas práticas. Nossos valores e responsabilidades comuns em relação à humanidade leva-nos a comprometermo-nos com a implementação de ações sobre os determinantes sociais da saúde. Acreditamos firmemente que fazê-lo não só é imperativo tanto em termos morais quanto em relação aos direitos humanos, quanto é indispensável na promoção do bem-estar, da paz, da prosperidade e do desenvolvimento sustentável. Apelamos à comunidade internacional que apóiem os países em desenvolvimento na implementação destas ações, promovendo o intercâmbio de boas práticas, oferecendo cooperação técnica e facilitando o acesso a recursos financeiros, tudo isso enquanto reafirmam os termos da Declaração do Milênio das Nações Unidas e o Consenso de Monterrey da Conferência Internacional sobre Financiamento e Desenvolvimento.

16.3 Clamamos aos países desenvolvidos que se comprometeram a alcançar, em torno de 2015, 0,7% do PIB para assistência oficial para o desenvolvimento — assim como aos países desenvolvidos que ainda não aderiram a este propósito — que implementem esforços adicionais e concretos para que cumpram com o compromisso. Também apelamos aos países em desenvolvimento para que construam a partir do que já foi conquistado, assegurando que a assistência oficial para o desenvolvimento seja usada efetivamente para alcançar as metas e alvos de desenvolvimento.

16.4 Líderes mundiais se encontrarão em breve aqui no Rio de Janeiro para pensar como enfrentar os desafios do desenvolvimento sustentável estabelecidos há 20 anos. Essa Declaração Política reconhece a importância de políticas destinadas à promoção do desenvolvimento sustentável e ao combate das iniquidades de saúde através de ações sobre os determinantes sociais.

16.5 Recomendamos que uma abordagem ligada à questão dos determinantes sociais seja formalmente considerada na atual reforma da Organização Mundial da Saúde. Recomendamos também que a 65ª Assembléia Mundial da Saúde adote uma resolução apoiando esta Declaração Política.